

## A Transformação do Espaço Rural em Urbano no Município de São José - SC

**Prof. Dr. Ricardo Wagner ad-Víncula Veado<sup>1</sup>**

**Acad. Mateus Schappo<sup>2</sup>**

**Acad. Marcelo de Matos<sup>3</sup>**

**Acad. Vanessa Eing Cargnin<sup>4</sup>**

UDESC – Depto. de Geografia  
PET – Programa Especial de Treinamento em Geografia  
88010-020 – Florianópolis – SC

<sup>1</sup> petgeo\_udesc@hotmail.com

<sup>2</sup> mateuschappo@pop.com.br

<sup>3</sup> guaxinim@superig.com.br

<sup>4</sup> vane\_geo23@yahoo.com.br

**Resumo:** O Município de São José, integrante da aglomeração urbana denominada Grande Florianópolis (SC), situado na parte central do litoral de Santa Catarina, foi escolhido como objeto de estudo por apresentar um dos mais expressivos índices de crescimento populacional, econômico e urbano do Estado, porém, ainda não suficientemente estudado. Na realidade, verifica-se uma escassez de estudos geográficos para a área continental, vizinha à Ilha de Santa Catarina (Florianópolis), contrastando com os numerosos estudos elaborados para a porção insular. Assim, este trabalho é uma análise da evolução e situação demográfica e urbana do Município de São José, onde se buscou verificar as especificidades e as múltiplas combinações que resultaram na atual configuração sócio-espacial do Município. Para tal se realizou um levantamento de dados (econômicos, sociais, etc.), entrevistas, seguidas pela revisão bibliográfica e identificação das áreas através da foto-interpretação. Imagem do ano 2000 obtida pelo satélite Landsat 7, foi usada para uma visão geral do Município. Por último partiu-se para a análise e cruzamento dos dados obtidos, o que está permitindo o entendimento da expansão urbana de São José.

**Palavras chave:** urbanização, análise demográfica, configuração sócio espacial.

**Abstract:** The research object of this paper is the Municipality of São José, which is part of Florianópolis Urban Region, and located at the central coastal part of the State of Santa Catarina, has been picked up because its populational, economic e urban growing indexes in the State. However, those variables are not enough studied. Actually, there are few researches concerning the continental neighbourhood, although there exist too many researches and studies on the Island of Santa Catarina. Concerning to those facts, the aim of this paper was to study specific features and the multiple combinations which ended in the present socio-space features of the Municipality. In order to reach this goal, it had been proceeded a search on socio-economic data, for which entrevistas with local people, reading on specific and not specific literature have been done. Yet it had been identified problem areas to be interpreted by using aerial photographs. A global vision on the Municipality have been obtained by using a 2000 year LANDSAT 7 satellite image. Finally, data analisis and cross-over have been done, allowing a more detailed understanding on the Municipality urban growing.

**Key words:** urbanization, demographic analisis, socio-space features.

## 1 Introdução

O presente estudo denominado “A transformação do espaço rural em urbano no município de São José - SC” compõe uma pesquisa maior intitulada “As transformações Espaciais da Grande Florianópolis: o caso do Município de São José” que se refere a uma das atividades correspondentes aos três elos – pesquisa, ensino, extensão - que compete ao grupo PET Geografia da UDESC (Programa de Educação de Tutorial) empreender.

No referido artigo, trataremos da expansão urbana do município de São José, integrante da área conurbada da Grande Florianópolis, situado na parte central do litoral de Santa Catarina, e escolhido como objeto de estudo por apresentar um dos mais expressivos índices de crescimento populacional, econômico e urbano do Estado, porém, ainda não suficientemente estudado. Na realidade, verifica-se uma escassez de estudos geográficos para a área continental, vizinha à Ilha de Santa Catarina (Florianópolis), contrastando com os numerosos e diversificados trabalhos feitos para a porção insular.

São José, após muitos desmembramentos, apresenta 116 km<sup>2</sup> de área e 169.252 habitantes (IBGE, 2000), resultando numa expressiva densidade demográfica de 1.459 hab/ km<sup>2</sup>, crescimento anual de 3,5 % e taxa de urbanização de 81%. Em 1970 a população totalizava 42.235 habitantes e dez anos após (1980), mais que duplicou, passando para 87.817 habitantes, e para 151.024 habitantes em 1996. A maior parte de tal crescimento populacional deve-se ao êxodo rural do interior do estado em direção à capital, todavia, a valorização dos terrenos, dificuldades para fixação e mesmo a falta de loteamentos para a população de baixa renda em Florianópolis, empurra parte do contingente para a periferia dos municípios do continente, como Biguaçu, Palhoça e São José. Além disso, com a instalação de um loteamento para a classe média, o bairro Kobrasol (1975), no município de São José, iniciou-se um processo de formação de novo centro comercial na cidade, culminando, inclusive, com a transferência em 2001 da sede administrativa municipal (prefeitura, secretarias etc) para a nova área.

Inicialmente, está se efetuando a revisão bibliográfica e os levantamentos de dados e informações em instituições públicas, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação de Apoio Tecnológico ao Meio Ambiente (FATMA), Secretária de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDM), Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul (SDE), Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), além de bibliotecas públicas, prefeitura e órgãos municipais de São José. Através da coleta do material estatístico e da realização de saídas de campo é possível tecer análises preliminares.

Uma outra ferramenta importante para a execução dos trabalhos é a análise de fotografias aéreas, imagens de satélite e bases cartográficas que permitem a realização da análise evolutiva da situação urbana e da problemática sócio-ambiental.

## 2 Aspectos Históricos

### 2.1 Gênese do Município de São José

No período de 1748 a 1756, desembarcaram em Santa Catarina cerca de seis mil imigrantes, em sua maioria açorianos, estabelecidos imediatamente em pequenas propriedades. A produção “realizada na forma de pequena propriedade, propiciou a formação de um pequeno produtor independente e dono de seus meios de produção, que garantia sua auto-suficiência e um excedente exportável” (Campos, 1991,p.26). Assim, concretizava-se “a realização do projeto político para ocupação do litoral catarinense, onde se associou o caráter político-militar ao caráter sócio-econômico: uma pequena produção mercantil assegurou a posse efetiva da terra, colocando-se como possibilidade para compor parte da força de trabalho no interior da manufatura baleeira” (Silva, 1992: 39). O estabelecimento de agricultura, pesca, artesanatos, acabou por constituir na zona rural de povoação açoriana, habitantes que são, até hoje, um misto de agricultor e pescador de subsistência.

Neste contexto de ocupação, em 1750, através de Alvará Régio do rei de Portugal, foi fundada São José da Terra Firme com a chegada de 338 migrantes, divididos desta forma em: 66 casais de ilhéus, 91 filhos e filhas maiores, 100 filhos e filhas menores, 18 agregados, 6 paisanos e 9 habitantes da Serraria de El Rey (Farias, 1999). Estes iniciaram a ocupação do município, seguindo a prática portuguesa de construir uma praça central, uma igreja em lugar alto (que geralmente ficava de frente para o mar, sendo ponto de referência aos navegantes) e ruas que partiam da praça rumo ao sul e ao norte da faixa litorânea do lugar, imprimindo um “habitat urbano” característico da época (Mamigonian, 1958). Com o correr do tempo a

incipiente população josefense, ocupou as terras férteis do vale do rio Maruim e seus afluentes, bem como a Praia Comprida, Roçado, Barreiros e áreas que atualmente pertencem ao município vizinho de Florianópolis, como Capoeiras, Coqueiros e Estreito (DEGE-SDE, 2002).

Em 1796 a população de São José era de 2.091 habitantes, que viviam basicamente da agricultura, principalmente da mandioca e da transformação desta em farinha. A maioria dos vales e vargens são geralmente férteis, ao contrário dos morros que apresentam um terreno pedregoso, além de encostas muito íngremes, tornando estes desfavoráveis ao cultivo agrícola. Registra-se também o relato de que as culturas do algodão e do linho sobressaíram-se e, para serem aproveitadas, foram montados pequenos e rudimentares teares na área do atual bairro Roçado (IBGE, 1959). Além disso, o comércio já tinha grande contribuição na movimentação financeira de São José.

Como relataram os viajantes que estiveram em Santa Catarina nos séculos XVIII e XIX, os sítios possuíam apenas uma casa, geralmente feita de barro e paus cruzados, coberta de telhas, em sua maioria caiada e bem conservada. Os móveis ali encontrados são bem mais numerosos que o das casas do interior do país. Encontrava-se a presença marcante da pequena produção mercantil, pois todos os sítios possuíam um tear para a produção de panos, trabalho comum a todas as famílias.

A partir de 1797 nota-se um declínio na quantidade de engenhos existentes, o número passou de 288, para 256 em toda a província; em 1820 a produção era ainda menor sendo exportada uma quantidade bem pequena deste produto. Paralelamente temos uma diminuição gradativa da pesca e logo após as armações foram suprimidas. Destaca-se que o exercício do trabalho familiar no campo era muitas vezes prejudicado, pois os milicianos eram tirados de sua função no campo e encaminhados pelo serviço militar, a realizar trabalhos muitas vezes desnecessários, prejudicando a agricultura e o aumento da população.

Chegaram em 1829, levas de origem germânica para a fundação da colônia de São Pedro de Alcântara (desmembrado de São José em 1995), localizada mais no interior, com o objetivo de assegurar o caminho para o planalto. Aliás, este constituiu-se no primeiro núcleo colonial teuto de Santa Catarina. Posteriormente ingressaram, com menor expressão, italianos, poloneses, austríacos etc.

## 2.2 Evolução Municipal e Desmembramentos

No ano de 1738, a Capitania de Santa Catarina desmembrou-se da Capitania de São Paulo e foi anexada à parte sul do território do governo do Rio de Janeiro, graças à Fundação da Colônia de Sacramento, em 1680, e sua cobertura militar-estratégica com a implantação de um sistema defensivo litorâneo.

Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco do Sul foi a primeira emancipação municipal na província, no ano de 1660; no ano de 1714, foi emancipado o Município de Santo Antônio dos Anjos de Laguna, que em 1839 era decretada pelo governo Republicano Farroupilha, capital da então proclamada República Juliana, condição que durou até 1845.

Em 1726, emancipava-se a vila de Nossa Senhora do Desterro, hoje Florianópolis, que se separando de Laguna pela Carta Régia de 26.03.1726, levou grande parte de seu território. Na continuação dos desmembramentos, emancipava-se a vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages em 1770, sendo desmembrada da Capitania de São Paulo em 1820 e anexada à Capitania de Santa Catarina no mesmo ano.

Desmembraram-se de Desterro as vilas (hoje municípios) de Porto Belo, São José, São Miguel (atualmente denominado Biguaçu) entre os anos de 1832 e 1833. Após 27 anos, Porto Belo perdeu sua autonomia por Lei Provincial, sendo ele restaurado novamente em 1925, desmembrando-se desta vez de Tijucas e Camboriú.

Os povoados foram se expandindo com a vinda de imigrantes europeus e no início do século XX já existiam 25 municípios no estado de Santa Catarina.

São José desmembrou-se de Desterro em 4.5.1833, mas sua história remete-se à quase um século antes desta data. Como sabemos, os primeiros povoadores chegaram a São José no ano de 1750. Eram 182 casais de ilhéus vindos do arquipélago dos Açores. Seis anos mais tarde, com número bem maior de habitantes, foi reconhecida a importância do povoado, recebendo do governo o título de freguesia. Mais tarde, com a fundação de outros povoados, São José é elevada à categoria de vila, sendo criado o Município em 1833 e efetiva instalação no dia quatro de maio do mesmo ano. No ano de 1856, a vila

ganha *status* de cidade.

Com a continuação do crescimento demográfico e surgimento de povoados quase que independentes da sede municipal, devido a distancia e outras especificidades, inicia-se um processo de perda de territórios de São José com a seqüência de desmembramentos. Emanciparam-se os atuais Municípios de Palhoça em 23.05.1894, Angelina em 30.12.1961, Rancho Queimado em 29.12.1962 e São Pedro de Alcântara em 01.01.1997. Do Município de Palhoça, emanciparam-se Bom Retiro, em 14.01.1923, pegando parte também do Município de Lages, Santo Amaro da Imperatriz em 10.07.1958, Garopaba em 30.12.1961, Paulo Lopes em 30.12.1961 e São Bonifácio em 29.12.1962.

Atualmente, Santa Catarina possui 293 municípios. Destes, 13 originaram-se de territórios antes pertencentes ao Município de São José. São eles: Alfredo Wagner, Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Bom Retiro, Garopaba, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São Pedro de Alcântara e Urubici, que juntos com os atuais 116 Km<sup>2</sup> do município de São José, totalizavam uma área de aproximadamente 10.000 Km<sup>2</sup> (DEGE-SDE, 2002).

### 3 Caracterização atual do Município de São José

#### 3.1 Limites atuais

Pela Lei Estadual nº 11.340, de 08 de janeiro de 2000, ficaram assim consolidadas as divisas intermunicipais de São José:

*Com o município de Biguaçu:* inicia na nascente do ribeirão Negro (coordenada geográfica aproximada-c.g.a lat. 27°32'10"S, long. 48°43'22"W), no ponto de cota altimétrica 523m, segue pelo divisor de águas entre os rios Biguacú e Caveiras, de um lado e, ribeirão Forquilha e córrego Potecas, do outro, passando pelos pontos de cotas altimétricas 174, 540 e 348m e pelo divisor de águas entre o córrego Potecas e o ribeirão Carolina ou serraria, passando pelo ponto de cota altimétrica 208m, até encontrar a nascente de um afluente da margem direita do ribeirão Carolina ou Serraria(c.g.a lat. 27°32'30"S, long. 48°38'59"W); desce por este até o marco de divisa - M.D. n 1023 (c.g.a lat.27°32'30"S, long. 48°38'55"W) na linha de Alta Tensão da CELESC; segue por esta até o M.D n 1024(c.g.a 27°32'32"S, long. 48°38'55"W) segue pela rua projetada "A" do Lotemento Jardim das Flores até encontrar o ribeirão Carolina ou Serraria, M.D. n 1025 (c.g.a lat.27°32'14"S, long. 48°38'27"W); desce por sua foz na baía norte; segue por esta até a c.g.a lat. 27°30'59"S, long. 48°36'07"W.

*Com o município de Florianópolis:* inicia na baía Norte (c.g.a lat.27°39'41"S, long. 48°34'32"W), segue por esta até a foz do rio Buchele; sobe por este até encontrar a rua Eduardo Dias, no ponto de intersecção com a avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira( c.g.a lat. 27°36'58"S, long. 48°36'04"W); segue por esta, até encontrar a avenida Atlântica; segue por esta até encontrar a rua Edelberto de Oliveira; segue por esta até encontrar a rua Josué Di Bernardi; segue por esta até encontrar o rio Araújo (c.g.a lat. 27°35'40"S, long. 48°36'21"W); desce por esta até sua foz na baía Sul; segue por esta até a c.g.a lat. 27°39'41"S, long 48°36'07"W.

*Com o município de Palhoça:* inicia na baía Sul (c.g.a lat. 27°39'41"S, long. 48°36'07"W), segue por esta até a foz do rio Maruim; sobe por esta até encontrar a linha de Alta Tensão da CELESC, M.D. n 1026 (c.g.a lat. 27°36'22"S, long. 48°40'01"W); segue pelo traçado da linha de Alta tensão passando pelo M.D. n. 1027 (c.g.a lat. 27°36'58"S, long 48°40'08"W) e M.D. n. 1028 (c.g.a 27°37'01"S, long 48°40'14"W), até encontrar o córrego dos Pombos, Caruso ou Brejarú, M.D. n. 1029 (c.g.a lat. 27°37'09"S, long 48°40'15"W); sobe por este até o M.D. 838 (c.g.a lat. 27°36'43"S, long. 48°41'21"W); segue por linha seca e reta até o morro da Pedra Branca (c.g.a lat. 27°36'40"S, long. 48°42'19"W); segue por linha seca e reta até o rio Pagará, M.D. n 837 (c.g.a lat. 27°36'50"S, long. 48°44'16"W).

*Com o município de Santo Amaro da Imperatriz:* inicia no rio Pagará, M.D. n 837 (c.g.a lat. 27°36'50"S, long. 48°44'16"W), segue por linha seca e reta até o M.D. n 832 (c.g.a lat. 27°36'53"S, long. 48°44'16"W).

*Com o município de São Pedro de Alcântara:* inicia no M.D. n 832 (c.g.a lat. 27°36'53"S, long. 48°44'44"W), segue pelo divisor de águas entre afluentes da margem esquerda do rio Pagará, até o ponto de cota

altimétrica 338m (c.g.a lat.27°35'43"S, long. 48°44'42"W); segue pelo divisor de águas entre afluentes da margem direita do rio Maruim e afluentes da margem esquerda do rio Pagará, até encontrar a nascente de um afluente da margem direita do rio Maruim (c.g.a lat. 27°35'44"S, long. 48°44'39"W); sobe por este até a foz de um afluente seu da margem direita (c.g.a lat. 27°34'55"S, long. 48°44'07"W); segue pelo divisor de águas entre os córregos Mariquita e Cem Braças, de um lado e, afluentes da margem esquerda do rio Maruim e rio Estaneslau, do outro, até encontrar a nascente do rio Estaneslau, no ponto de cota altimétrica 486m (c.g.a lat. 27°33'11"S, long. 48°43'38"W).

*Com o município de Antônio Carlos:* inicia na nascente do rio Estaneslau, no ponto de cota altimétrica 486m(c.g.a lat. 27°33'11"S, long. 48°43'38"W), segue pelo divisor de águas entre os rios Biguaçu e Maruim, até encontrar a nascente do ribeirão Negro(c.g.a lat. 27°32'10"S, long. 48°43'22"W), no ponto de cota altimétrica 523m

### 3.2 De cidade dormitório a pólo econômico

Até a década de 1920 São José exercia função de certa forma polarizadora, como ponto de escoamento e recepção de mercadorias e pessoas que se dirigiam à Ilha (Florianópolis):

*“o porto da vila era movimentado, pois até o final do século XIX era o principal escoadouro dos produtos, tanto dos vindos da parte sul e central do município como os vindos do planalto, principalmente o charque. Além disso, também era o ponto de desembarque de mercadorias diversas, procedentes da capital e de outras partes. (...) em seu território ficavam os abatedouros que abasteciam de carne fresca a cidade de Florianópolis, e que produziam charque e os subprodutos do couro.”* (Farias, 1999: 125-126).

A partir da construção da primeira ponte (denominada Hercílio Luz), ligando o continente à Florianópolis (em 1926), possibilitando uma comunicação direta com a Ilha, sem a intermediação de São José, este passou a apresentar um processo de estagnação econômica e iniciou a exercer a função de cidade dormitório. Neste mesmo período existiam diversas indústrias espalhadas pelo território municipal. Surgiram aleatoriamente, devido ao crescente comércio existente, e em sua maioria são indústrias de pequeno e outras de médio porte.

Mais tarde, graças a construção da BR 101, no início da década de 1970, integrando o litoral do estado de norte a sul com os Estados do Paraná e Rio Grande do Sul, o Município de São José voltou a dinamizar seu contexto econômico com a instalação de indústrias no recém criado Distrito Industrial. Sua concessão foi dada em 1972 pela lei N.º836, de 11 de julho, mas sua implantação se iniciou apenas em 1975. Encontra-se às margens da BR 101, a 12 quilômetros de Florianópolis, ocupa uma área de 113 ha aproximadamente. (OSTROSKI, 1988). Devido a tantos acontecimentos, o Município de São José vem sofrendo várias modificações, influenciadas também pelo crescimento da cidade de Florianópolis. Surge aí um eixo de ocupação humana, interligando os Municípios de Florianópolis, Palhoça, Biguaçu e São José, acentuando assim o processo de conurbação entre eles. Com o mesmo, surgem novos problemas<sup>1</sup> que irão influenciar na condição da qualidade de vida da população, mas também o surgimento de um comércio atacadista e varejista, além de novos loteamentos, que resultaram num intenso crescimento.

A atividade industrial ativa o processo de urbanização, além de propiciar o crescimento do número e do tamanho das cidades, diversificando suas funções, pois para uma cidade aportar uma indústria é necessário toda uma infra-estrutura de serviços, além de mão de obra, entre outros fatores.

A industrialização em São José vem alterando a estrutura de produção ao longo de sua história, e com isso, transformando também a paisagem natural do local. Com o grande desenvolvimento no município houve a necessidade de acompanhamento da infra-estrutura na cidade, porém durante muitos anos esse acelerado crescimento no setor industrial e comercial provocou diversos problemas como saneamento, transporte, moradia e outros. Originalmente os terrenos localizados no distrito industrial pertenciam a BESCTUR – Empreendimentos e turismo S/A e em 1978 passou a ser administrado pela CODISC – Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina. A área está localizada às margens da BR-101, quilômetro 212 ao longo do Rio Imaruí, na divisa do município com Palhoça. Mais recentemente, no ano de 2003, foi inaugurado o Centro Empresarial de Forquilhas. Os dois Distritos Industriais do município tiveram sua posição espacial definido principalmente pela proximidade das vias principais de escoamento e

<sup>1</sup> A proliferação de núcleos habitacionais sem qualquer infra-estrutura, representam um grave problema urbano e social, proporcionando mudanças notáveis na constituição do espaço geográfico josefense.

circulação, que cortam o município: BR-101 e SC-407 (Domingos, 2002).

Devido ao acelerado processo de urbanização e industrialização em São José, que resultou num crescimento desorganizado, surgiram muitas ocupações irregulares e loteamentos clandestinos no Município. Até o ano de 2000 foram registrados 225 loteamentos aprovados de acordo com o Plano Diretor.

A cidade de Florianópolis pode ser entendida “como centro de uma conurbação” (Lago, 1996), o que aponta o Município como a causa principal do crescimento demográfico e urbano que vem ocorrendo com maior importância desde a década de 1970, em São José, Palhoça e Biguaçu.

Junto com este crescimento demográfico, é possível detectar, ainda que sem dados nem campos suficientes para uma explanação científica, o crescimento dos problemas urbanos decorrentes da falta de planejamento governamental e do descaso dos empreendimentos privados. Dentre estes problemas, destaca-se a questão da favelização, crescente em muitas áreas do Município.

#### **4 Considerações Finais**

A partir das observações e levantamentos bibliográficos e de campo realizados no Município e com a pesquisa em fase de conclusão, pode-se inferir algumas considerações

A necessidade de desenvolvimento do Município, sem qualquer planejamento prévio, acarretou em desequilíbrio dos sistemas antrópico-naturais. Este desequilíbrio é visível quando se percorre o Município e se observa as áreas degradadas, encostas ocupadas, rios poluídos por esgotos domésticos e industriais, que levam ao assoreamento, estradas mal pavimentadas. De modo geral, as estradas principais acompanham os vales dos rios, forçadas pelo relevo. Devido ao relevo fortemente ondulado, existem poucas ligações transversais, o que obriga os usuários a grandes deslocamentos.

Os únicos remanescentes de espécies da mata primária podem ser vistos entremeados nos capoeirões, nas encostas de maior declividade onde o acesso é mais difícil. Essas áreas tendem a diminuir ainda mais com a crescente retirada de vegetação e de pedras destinadas a construção de casas e empreendimentos que só fazem aumentar a urbanização do Município.

Observou-se, uma altíssima concentração urbana (90% dos habitantes residem na malha urbana), principalmente nos Bairros Campinas e Kobrasol, bem como grandes manchas urbanas por toda a parte leste do município, contrastando com o interior e a porção oeste, bem menos habitadas.

O Município é um dos que mais cresceram no Estado nas duas últimas décadas, com a instalação de indústrias, que atraíram um expressivo número de pessoas, tornando-se, atualmente, o 8º. parque industrial. Localizado na Grande Florianópolis, São José limita-se, no leste, com Florianópolis, no oeste, com São Pedro de Alcântara e Águas Mornas, no norte com Biguaçu e Antônio Carlos, e, no sul, com Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz; e embora se diga que haja uma região metropolitana, na verdade, não se trata de uma unidade desta natureza, porque não existe uma institucionalização específica com todos as características específicas.

## 5 Referências Bibliográficas

- Tricart, Jean.** A geomorfologia nos estudos integrados de ordenação do meio natural. Boletim geográfico. Rio de Janeiro, 34(251): 15-42, out/dez, 1976.
- Veado, Ricardo W. ad-Víncula.** Os geossistemas de Santa Catarina. Rio Claro, UNESP, Tese de Doutorado em Geografia, 1999.
- Cabral, Oswaldo Rodrigues.** História de Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 1968.
- Campos, Nazareno José.** Terras comunais na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC e FCC, 1991.
- Cholley, A.** Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, n. 179, mar/abr, 1964.
- Christofolletti, Antônio.** Geomorfologia. São Paulo, Edgard Blücher, 2ª edição, 1980
- Farias, Vilson Francisco de.** São José: 250 anos: natureza, história e cultura: para o ensino fundamental. São José: ed. do autor, 1999.
- Haro, Martins Afonso Palma de (org.).** Ilha de Santa Catarina: relato dos viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: UFSC, Lunardelli, 1996.
- IBGE,** Enciclopédia dos municípios brasileiros. v.32. Rio de Janeiro, 1959.
- IBGE; SDE/SC.** Projeto Gerenciamento Costeiro. Diagnóstico ambiental do litoral de Santa Catarina. Setores 1 e 2. Florianópolis, 1997.
- IPIUF-Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.** Estudos Ambientais da Grande Florianópolis, 1997.
- Jahn, Raquel.** O desenvolvimento do bairro Kobrasol. Florianópolis, Trabalho de Conclusão de Curso: Geografia Bacharelado, da Universidade do Estado de Santa Catarina, 2001.
- Mamigonian, Armen.** O Habitat. In: Atlas geográfico de Santa Catarina. DEGC/CNG, 1958.